3 — Categoria profissional atual

Subdiretor-geral da área de Planeamento, Organização e Comunicação.

4 — Experiência profissional:

Funcionário da DGCI desde 26 de abril de 1982.

Liquidador Tributário e Técnico Tributário no período compreendido entre 1982 e 1989.

Perito de Fiscalização Tributário de 1.ª classe no período compreendido entre 1989 e 1998.

Inspetor Tributário Principal no período compreendido entre 1998 e 2003.

Inspetor Tributário Assessor no período compreendido entre 2003 e 2008.

Inspetor Tributário Assessor Principal desde 1 de agosto de 2008.

Chefe de Divisão do Planeamento e Coordenação da ex-1.ª Direção de Finanças de Lisboa, no período compreendido entre junho de 1999 e outubro de 2002.

Diretor de Finanças Adjunto para a área do Apoio Técnico da ex-1.ª Direção de Finanças de Lisboa, no período compreendido entre outubro e dezembro de 2002.

Diretor da Direção de Serviços do IMT e do Imposto do Selo no período compreendido entre 2005 e 2010.

Diretor de Serviços da DSIFAE, em substituição desde 1 de janeiro de 2011.

Diretor de Serviços da DSIFAE após procedimento concursal de seleção, de 1 de junho de 2013 até 30 de setembro de 2013.

Subdiretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira da área do Planeamento e Comunicação em regime de substituição, desde 29 de outubro de 2013.

5 — Formação complementar

SAD — Seminário de Alta Direção.

Preparação Pedagógica de Formadores — AT.

Seminário para Dirigentes — AT.

Normas Internacionais de Contabilidade — AT.

208570119

Despacho n.º 4328/2015

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional, Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública; e

Considerando os resultados obtidos em sede de procedimento concursal desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, para o cargo de subdiretor-geral da área de Gestão Tributária — Impostos sobre o Rendimento, da Autoridade Tributária e Aduaneira, e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do referido Estatuto:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e na sequência de procedimento concursal, a licenciada Teresa Maria Pereira Gil para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de Subdiretora-geral da área de Gestão Tributária — Impostos sobre o Rendimento, da Autoridade Tributária e Aduaneira, a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, e o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

13 de abril de 2015. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Teresa Maria Pereira Gil.

Data de Nascimento: 21 de abril de 1961.

2 — Habilitações académicas:

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Portugal, Lisboa.

3 — Categoria profissional atual:

Subdiretora-Geral da área de Gestão Tributária — IR.

4 — Experiência profissional:

Desde março de 2010 exerce o cargo de Subdiretora-Geral dos Impostos sobre o Rendimento e das Relações Internacionais.

2008-2010 — Diretora de Serviços das Relações Internacionais.

2006-2007 — Diretora de Serviços de Planeamento e Sistemas de Informação.

2004-2006 — exerceu funções de assessora no Gabinete do Diretor-Geral dos Impostos.

2002-2004 — esteve em regime de licença de longa duração, tendo, nesse período, exercido as funções de «Senior Manager» do Departamento Fiscal da KPMG, Auditores, S. A.

2002 — Técnica na Direção de Serviços do IRC.

2001-2002 — Assessora do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

2000-2001 — Assessora do Ministro das Finanças.

2000 — Assessora do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

1989-2000 — Funções técnicas na Direção de Serviços do IRC.

1986-1989 — Funções técnicas na Direção de Serviços de Controlo do IVA.

5 — Formação complementar:

SAD — Seminário de Alta Direção.

Seminários para Dirigentes — Centro de Formação da AT.

Fraude e Evasão Fiscal — Centro de Formação da AT.

Criminalidade Tributária — Centro de Formação da AT.

208570046

Autoridade Tributária e Aduaneira**Aviso n.º 4607/2015**

Por despacho de 30 de março de 2015 do Senhor Subdiretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, por delegação de competências da Senhora Diretora-Geral e após anuência da Direção Geral dos Trabalhadores em Funções Públicas, foi autorizada a mobilidade interna na categoria de Assistente Operacional, de Maria Aldina Pereira Justo e de Laura Maria Sanches Monteiro, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer funções na Direção de Finanças de Setúbal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 93.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de maio de 2015.

14 de abril de 2015. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

208571253

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE**Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Saúde****Portaria n.º 244/2015**

A Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E., necessita proceder à aquisição de reagentes e respetiva colocação de equipamento para a área nuclear do Serviço de Patologia Clínica. Lote 1: química/Imunoquímica.

Considerando que o contrato a celebrar relativo à aquisição de reagentes e respetiva colocação de equipamento para a área nuclear do Serviço de patologia clínica. Lote 1: química/Imunoquímica dará origem a encargos orçamentais em mais de um ano económico, torna-se necessário a autorização para a assunção de compromissos plurianuais

Assim:

Manda o Governo, pelos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Saúde ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o seguinte:

1 — Fica Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E., autorizada a assumir um encargo plurianual até ao montante máximo de € 2.055.658,41 (dois milhões, cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e quarenta e um cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor,

relativo ao contrato de aquisição de reagentes e respetiva colocação de equipamento para a área nuclear do Serviço de Patologia Clínica. Lote 1: química/Imunoquímica.

2—Os encargos resultantes do contrato não excederão, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

2015 — € 571.061,22;
2016 — € 685.219,47;
2017 — € 685.219,47;
2018 — € 114.203,25;

3—A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.

4—Os encargos objeto da presente portaria serão satisfeitos por verbas adequadas da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E..

10 de abril de 2015. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

208569731

Portaria n.º 245/2015

A Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E, necessita proceder à aquisição de reagentes e respetiva colocação de equipamento para a área nuclear do Serviço de Patologia Clínica. Lote 3: Serologia.

Considerando que o contrato a celebrar relativo à aquisição de reagentes e respetiva colocação de equipamento para a área nuclear do Serviço de Patologia Clínica. Lote 3: Serologia, dará origem a encargos orçamentais em mais de um ano económico, torna-se necessário a autorização para a assunção de compromissos plurianuais

Assim:

Manda o Governo, pelos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Saúde ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o seguinte:

1—Fica Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E., autorizada a assumir um encargo plurianual até ao montante máximo de € 302.436,09 (trezentos e dois mil quatrocentos e trinta e seis euros e nove cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, relativo ao contrato de aquisição de reagentes e respetiva colocação de equipamento para a área nuclear do Serviço de Patologia Clínica. Lote 3: Serologia.

2—Os encargos resultantes do contrato não excederão, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

2015 — € 84.010,02;
2016 — € 100.812,03;
2017 — € 100.812,03;
2018 — € 16.802,01;

3—A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.

4—Os encargos objeto da presente portaria serão satisfeitos por verbas adequadas da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E..

10 de abril de 2015. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

208569789

Portaria n.º 246/2015

A Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E, necessita proceder à aquisição de reagentes e respetiva colocação de equipamento para a área nuclear do Serviço de Patologia Clínica. Lote 5: técnicas especiais.

Considerando que o contrato a celebrar relativo à aquisição de reagentes e respetiva colocação de equipamento para a área nuclear do Serviço de Patologia Clínica. Lote 5: técnicas especiais, dará origem a encargos orçamentais em mais de um ano económico, torna-se necessário a autorização para a assunção de compromissos plurianuais

Assim:

Manda o Governo, pelos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Saúde ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o seguinte:

1—Fica Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E., autorizada a assumir um encargo plurianual até ao montante máximo de € 207.894,60 (duzentos e sete mil oitocentos e noventa e quatro euros e sessenta cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, relativo ao contrato de aquisição de reagentes e respetiva colocação de equipamento para a área nuclear do Serviço de Patologia Clínica. Lote 5: técnicas especiais.

2—Os encargos resultantes do contrato não excederão, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

2015 — € 57.748,50;
2016 — € 69.298,20;
2017 — € 69.298,20;
2018 — € 11.549,70;

3—A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.

4—Os encargos objeto da presente portaria serão satisfeitos por verbas adequadas da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E..

10 de abril de 2015. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

208569659

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4329/2015

1—Nos termos do disposto no artigo 4.º do estatuto dos militares nomeados para participarem em ações de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de dezembro e verificados os requisitos nele previsto, nomeio o Maj Eng, NIM 25639692, José Miguel Almeida Ramalho, por um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início a 14 de maio de 2015, no desempenho das funções de Diretor Técnico do Projeto 1 — IDN-TL de República Democrática de Timor-Leste, inscrito no Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste.

2—De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série de 28 de janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

6 de abril de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

208569853

Despacho n.º 4330/2015

1. Nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, delegeo no Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, Dr. Nuno Maria Herculano de Carvalho Pinheiro Torres, no âmbito daquele serviço central de suporte do Ministério da Defesa Nacional, a competência para:

a) Autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 299 278,74;

b) Autorizar deslocações aos países de língua oficial portuguesa, no âmbito da cooperação técnico-militar, de militares das Forças Armadas em missão oficial, bem como o processamento dos respetivos abonos;

c) Nomear, no âmbito do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de dezembro, os militares indigitados para ações de cooperação técnico-militar, à exceção dos coordenadores, dos diretores técnicos dos projetos e dos militares em situação de reforma;

d) Prorrogar a comissão dos militares nomeados para ações de cooperação técnico-militar ao abrigo da alínea anterior, devendo ser-me dado conhecimento da intenção de prorrogação com a antecedência mínima de 15 dias;

e) Autorizar a inscrição e participação de pessoal em congressos, seminários, colóquios, reuniões, estágios, ações de formação ou outras missões específicas no estrangeiro e que impliquem deslocações, desde que integrados em atividades da DGPDN ou inseridos em planos aprovados, bem como devidamente orçamentados, e tendo em consideração as medidas de contenção da despesa pública;

f) Autorizar deslocações em serviço ao estrangeiro, no estrangeiro e em território nacional, bem como, o processamento dos correspondentes abonos, tendo em consideração as medidas de contenção da despesa pública;

g) Autorizar a prestação do trabalho suplementar nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 120.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sem prejuízo do previsto no artigo 45.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;